

O ensaio como livro: formas de ler, escrever e compartilhar experiências e diferenças

The Essay as a Book: Ways of Reading, Writing, and Sharing Experiences and Differences

Evandro Santos*

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Apesar do tempo: história, memória e ficção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023 [livro eletrônico].

A liberdade associada ao ensaio, como gênero textual, desafia as fórmulas acadêmicas mais comuns, afeitas à comunicação direta, linear e contínua e à apresentação didática, sintética e ordenada dos resultados de uma investigação. Na conjuntura atual, na qual se verifica a onipresença do formato do artigo científico, em praticamente todos os campos do conhecimento, ousar escrever ensaios implica em risco, mas, também, em uma atitude ética que pode ser expressa na seguinte indagação: “por que não pensar menos nas fronteiras e mais nas diferenças?” (Ramos, 2023, p. 49). Essa e outras importantes questões são trazidas por Francisco Régis Lopes Ramos no livro *Apesar do tempo: história, memória e ficção*, publicado pela Imprensa Universitária, no âmbito da Coleção de Estudos da Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Amparado em anos de dedicação ao ensino, à pesquisa e à reflexão teórica acerca das relações entre os três conceitos alinhados no subtítulo da obra, os textos reunidos nesta publicação evidenciam as valiosas possibilidades que residem no gênero ensaio historiográfico como forma de abertura ao diálogo responsável e fundamentado sobre dilemas que se impõem ao trabalho com a história neste século XXI.

Ramos é professor titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFC, onde coordena o “Grupo de Estudo e Pesquisa História e Narrativa”. Os quatro ensaios apresentados em *Apesar do tempo* evidenciam não apenas as concepções teóricas e éticas de seu autor, mas, sobretudo, a indissociabilidade entre as ideias que são expostas e as prá-

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó, RN, Brasil. evandro.santos@ufrn.br
<<https://orcid.org/0000-0003-2844-4810>>

ticas de um profissional atento ao seu cotidiano docente e à vida pública que lhe abarca e transcende. Por esses e outros motivos, cada capítulo da obra ora brevemente comentada confirma que não há impasses ou limitações na escrita de ensaios historiográficos, desde que o ensaísta tenha algo importante a dizer e o faça de maneira sofisticada e embasada. Mesmo assim, generoso com seus leitores, Ramos, na introdução do livro, situa suas reflexões no universo ensaístico e antecipa as escolhas narrativas realizadas e quais são as suas intenções com elas, amparado em Theodor W. Adorno e Walter Benjamin (Ramos, 2023, pp. 6-7). Feita esta nota preliminar que explica e justifica a obra, ato contínuo, comprovando, de início, a indissociabilidade acima mencionada (e fazendo bom uso do gênero textual escolhido), o autor anuncia as características que os leitores e leitoras vão encontrar na sequência da publicação: liberdade para pensar e escrever a partir de diferentes autores, correntes teóricas e contextos, e, em especial, espaço para a descontinuidade, tão necessária tanto ao pensamento crítico como ao trabalho com as variadas dimensões temporais e narrativas, sendo a própria obra em questão um exemplo dessa forma de pensar e desse trabalho, isto é, um produto elaborado de experiências.

Assim, entre experiências e expectativas, cada um dos quatro capítulos elencados na publicação relacionam as leituras de Ramos, sem hierarquias entre obras oriundas dos campos da história, da filosofia, da sociologia, da educação, da psicanálise, da teoria/crítica literária e obras fundadas no universo do ficcional (Coetzee e Roth são fundamentais aos argumentos), ao mesmo tempo em que descrevem seus interesses de pesquisa, nunca dissociados de sua atuação docente. Tal aspecto está muito evidenciado no primeiro capítulo, intitulado “A fábula geradora”. Nele, o professor parte de uma antiga fábula (e de suas variações e apropriações), fórmula narrativa que, segundo ele, tivera muita importância no passado, do mesmo modo que permanece relevante no mundo moderno, que segue a demandar recursos de formação/instrução, agora para o indivíduo atravessado, sobretudo, por subjetividades oriundas do capitalismo neoliberal. Nesse mesmo sentido, a continuidade do capítulo dá-se pelo relato de uma experiência didática realizada no contexto de ocupação do campus universitário da UFC, em Fortaleza, por estudantes, nos meses de novembro e dezembro de 2016, como resistência à agenda política do governo que sucedeu Dilma Rousseff após o processo golpista ocorrido naquele ano (Ramos, 2023, pp. 11-15).

A descrição da experiência didática, em si interessante, ganha força à medida em que articula a disposição de Ramos para o tratamento do tema das fábulas às apropriações e versões dessas na memória recente do capitalismo, que

se registra, por exemplo, em manuais de autoajuda e nas redes sociais. No capítulo, com cuidadosa amarração, é possível encontrar as temporalidades ora justapostas, ora encadeadas, do trabalho desenvolvido pelo autor no que toca à fábula, entendida como dispositivo de poder que institui moralidades ao mesmo tempo em que silencia suas intenções (no caso da fabulação neoliberal). Da fábula no mundo antigo passa-se à experiência de uma oficina com estudantes (em 2016), bem como por uma primeira sistematização escrita dessa, apresentada, em 2017, em um dos eventos organizados pelo grupo de pesquisa coordenado por Ramos, sem abrir mão, nessa travessia, de uma reflexão teórica oportuna e crítica que subjaz à elegante narrativa desenvolvida, cuja densidade não poderia ser resumida em uma resenha (a mesma sensação aparece em relação aos outros capítulos do livro). O exame da “maquinação da ficção que funciona a partir de exemplos que devem ser seguidos”, operada na fábula neoliberal, no melhor estilo *historia magistra vitae*, feito a partir do ponto de vista e das experiências de pesquisa de Ramos, merece, definitivamente, ser lido e discutido (Ramos, 2023, p. 26).

A literatura não apenas acompanha como, não raro, antecipa impasses e crises que, por caminhos tortuosos, desdobram-se nas sociedades (Ramos, 2023, pp. 28-29). Esse é o mote para a abertura do segundo capítulo do livro-ensaio de Ramos. O capítulo intitula-se “A unidade na diversidade”, e é nele que o autor aborda um dos assuntos mais graves deste século, qual seja: os ataques à carreira docente e, concretamente, aos professores e professoras, fenômeno que pode ser definido, em outras palavras, como perseguição ao pensamento crítico, divergente e dissidente. Atento ao ambiente intelectual e político atual, nesse momento do livro Ramos examina e reflete sobre as categorias interdisciplinaridade e interseccionalidade, primeiramente, a partir das contribuições de Ângela Davis: “como pensar uma sem a outra? Sem o consórcio permanente e renovado entre essas duas dimensões de análise, como lutar contra o individualismo?”, pergunta ele (Ramos, 2023, p. 31).

Em seguida, por meio da obra de Paulo Freire, o problema da unidade na diversidade migra da discussão acerca das articulações entre gênero, classe e raça e suas formas disciplinares de abordagem para o campo da educação. Mais especificamente, a proposta freireana de total interdependência entre ensino e pesquisa, ou, melhor colocado, entre as práticas do professor e do pesquisador, é recuperada e repensada no horizonte atual. Ramos traz indagações pertinentes e, infelizmente, pouco comuns nos debates do campo historiográfico. Por exemplo, no que diz respeito às experiências com os “mestrados profissionais”, ele convoca o debate acerca do que implica, efetivamente, para o

“professor-pesquisador”, a formação nessa instância da pós-graduação e, mais importante, sobre que dicotomias, eventualmente, são estabelecidas entre o “mestrado acadêmico” e o “mestrado profissional” e, ainda, sobre como esses dispositivos dialogam com outras modalidades e formas de usos do passado (Ramos, 2023, p. 33). É instigante pensar, no sentido mesmo de uma pergunta inatual (como o autor denomina), como as formas de organização da história como disciplina, em suas subdivisões, afastam a pesquisa da história de seu inerente caráter didático-pedagógico, a despeito de as intenções serem exatamente opostas à tal consequência. Fica patente, nesse ponto da análise, que a proposta é a de que a história como disciplina e suas formas de institucionalização podem aprender com as experiências dos movimentos sociais, à medida em que passa a prestar a atenção nas categorias de interdisciplinaridade e interseccionalidade.

Assim como constrói indagações atinentes ao delineamento dos mestrados profissionais e do ensino de história como subárea específica, Ramos questiona a fragmentação mais generalizada da história enquanto área de conhecimento. Ele enumera uma coleção e temas que passaram a pleitear o lugar de subárea ou, ainda, de área específica, com jargão e eventos particulares. As questões postas merecem atenção: “pode-se argumentar que é isso mesmo... que todos os saberes ocorrem nas tensões... Sem dúvida! Mas quais tensões? Não existiriam outras maneiras de tensionar o saber? O saber estaria destinado a se submeter à construção de cercamentos autolegitimados?” (Ramos, 2023, p. 40). Tal qual ocorre em determinado ponto do primeiro capítulo (“ficção em fuga”), no final deste segundo momento (ou segundo ensaio) do livro retorna-se ao campo do ficcional para se pensar em soluções aos dilemas e aporias colocados à disciplina da história. Passando por Roland Barthes e Gilles Deleuze, Ramos convida o leitor a acompanhá-lo na fuga do fascismo da comunicação (que obriga a informar), rumo ao encontro com o “ato de criação”, que está na base da obra de arte, ato esse que não quer comunicar, mas instala-se, isto sim, como ato de resistência. A saída parece estar, portanto, no diálogo potencial com o campo do ficcional, que privilegia a história eticamente comprometida e apreende o conhecimento histórico como ambiente propício ao exame da diferença (e à convivência com essa).

Do tripé que aparece no título, as relações da história com a ficção são percebidas, de forma muito original e consistente, ao longo dos dois primeiros capítulos. Parte significativa da agenda de questões que afligem o saber histórico e seus sujeitos é trabalhada a partir de aspectos do cotidiano mesmo da profissão, em seus níveis epistemológicos e político-institucionais. No entan-

to, é no terceiro capítulo que o terceiro termo, a memória, encontra espaço na análise ensaística de Ramos. Denominado “A história sem vergonha do tempo”, esse capítulo parte de considerações feitas pelo autor a partir da leitura da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Na abertura da seção já fica evidenciado que são as disputas entre história, memória e museologia que serão objeto de atenção. Essas disputas relativas ao tratamento da cultura material, no modo como os jogos de poder disciplinares e institucionais ora se apresentam, é também o foco da leitura proposta no capítulo. Em um jogo de simultaneidade – e jamais de submissão ou hierarquia – obras ficcionais participam da análise na condição mesmo de aporte teórico crítico e suporte para a imaginação reflexiva, na busca por uma análise mais sólida das temporalidades justapostas pela história, pela memória e pela museologia. Thomas Mann ganha terreno e é por meio de *Doutor Fausto* que conhecemos a avaliação feita por Ramos do PNEM.

Assunto relevante e raramente tratado com tamanha concretude, Ramos dedica-se a inventariar as relações entre os campos da história e da museologia a partir da premissa de que um documento como o PNEM não é inocente, sendo atravessado pelos jogos de poder e pelo estado conjuntural dos campos disciplinares convocados a participar de sua elaboração. O professor parte de suas próprias memórias, quando era ainda um estudante de história, entre fins da década de 1980 e começos dos anos 1990, para averiguar quais os pontos de contato (e de ausência desse contato) entre a história e a museologia. Assim, ele retorna ao conhecido projeto editorial denominado “Coleção Primeiros Passos” para demonstrar que, até não muito tempo atrás, história e museologia não possuíam qualquer relação, ao menos no que evidenciam as marcas editoriais de dois volumes da referida coleção (*O que é história?* e *O que é museu?*). Avançando na análise, a partir de outros exemplos, Ramos aponta para a distância existente entre a historiografia e as manifestações culturais da memória, seja no museu ou em outros dispositivos de poder e tratamento daquela. Esse afastamento seria reduzido a partir do início do século XXI, todavia, como afirma o autor, “eu não poderia deixar de ressaltar que a aproximação ou o afastamento entre história e memória ou entre história e museu tem uma historicidade que não é linear” (Ramos, 2023, p. 56). Nesse ponto, é a figura do antiquário que servirá como instrumento de comparação entre temporalidades e formas de produção de saber e usos públicos do passado na interação entre concepções de história, de memória e de cultura material.

Dos usos do passado, é possível depreender uma história das temporalidades que Ramos entende como “via de problematização da história social”

(Ramos, 2023, p. 58). Reforçando sua crítica à fragmentação do conhecimento histórico em subáreas que pouco ou nada dialogam entre si, ele sublinha, a partir do caso da obra *Guilherme Marechal*, de Georges Duby, como a história pode se fortalecer frente às disputas políticas atualmente postas: “está em jogo a construção histórica da diferença temporal, dispositivo que, por um lado, funcionará com certas peculiaridades na própria construção do saber histórico na modernidade e, por outro lado, pode se tornar objeto da reflexão historiográfica” (Ramos, 2023, pp. 58-59).

Trata-se, afinal, de uma discussão em nível epistemológico acerca da história, a partir da preocupação com a própria autoridade da disciplina, algo enunciado logo na abertura do capítulo e que está demarcado, fortemente, na obra do historiador estadunidense Hayden White, com quem Ramos dialoga, e da qual a abordagem proposta nesta resenha é devedora (White, 2001). Seguindo as trocas com relevantes obras da década de 1970, Michel de Certeau recebe atenção em uma leitura que é, por um lado, propositiva em relação à atualidade do pensamento do historiador francês da segunda metade do século XX, e, por outro lado, corretiva em relação a algumas avaliações e usos que se fazem do livro *A escrita da história* (Ramos, 2023, pp. 60-64). Além de Michel de Certeau, Deleuze e Gattari também são convocados em uma estimulante associação de aspectos de suas obras.

Depois do avanço nas páginas que compõem *Apesar do tempo*, torna-se evidente que há linhas de força que atravessam a obra, de ponta a ponta, e parecem constituir o sumário de concepções (e, também, de preocupações) de seu autor. No entanto, fica nítido, ainda, o diálogo interno entre cada um dos capítulos. Se a primeira e a segunda partes da obra destacam o cuidado com as questões que envolvem as dimensões teóricas e didáticas da história, o terceiro e o quarto capítulos são dedicados ao estudo da função e das implicações da história no trabalho com a memória e com a cultura material, estas convertidas em lugares sociais ou em obras literárias.

Chegamos, portanto, ao quarto e último capítulo, chamado “A pedagogia dos antiquários”. Nele, a pesquisa de Ramos, dedicada à obra e à atuação de Gustavo Barroso é redimensionada, o que permite a observação de alguns aspectos pouco trabalhados no tocante às distinções feitas por ele (Barroso) e por outros intelectuais de seu tempo, entre história e ficção. A atuação de Barroso na criação e administração do Museu Histórico Nacional é o ponto de partida para a análise.

Como entrega o título atribuído ao capítulo e a epígrafe utilizada em sua abertura (trecho de obra de Walter Scott), Ramos efetua uma sensível e atenta

leitura que relaciona e articula cultura material, ficção e as narrativas históricas no Museu Histórico Nacional, como explica o próprio autor (Ramos, 2023, p. 71). Situado entre outros nomes como Cornélio Pena e Viriato Corrêa, Barroso participa de um contexto de estabelecimento de estratégias de ampliação do público leitor, no Brasil, sendo a cultura material uma delas, jogo que exigiria, também, o repensar das fronteiras entre a história e a literatura. Merece atenção a forma precisa e, ao mesmo tempo, complexa a partir da qual Ramos descreve suas escolhas metodológicas, sempre alinhadas ao modo como acolhe e elabora o debate teórico em suas pesquisas, modo esse marcado por erudição associada a uma postura crítica e criativa (Ramos, 2023, p. 74).

Neste capítulo, é possível acompanhar como se dá a construção de uma investigação das relações entre a história e a ficção por meio da eleição de um objeto. Por tal senda, Ramos examina a anedota como recurso narrativo para a escrita da história. Ao averiguar a obra *O Mistério*, de Viriato Corrêa, ele cria condições para a observação da organização de saberes e gêneros narrativos no contexto da primeira metade do século XX e seus diálogos com os séculos anteriores. O mesmo enfoque dado à anedota pode ser pensado para o romance, em sua busca pela representação do passado e, nesse bojo, no diálogo com o saber antiquário. Nos impasses criados pela compartimentação dos saberes, não deixa de ser curiosa, e mesmo engraçada, a conclusão de que nem Gustavo Barroso, nem Viriato Corrêa conseguiram realizar boa história ou boa literatura ao tentarem mesclar ambas. As apreciações de Mário de Andrade às obras de Barroso e Corrêa, trazidas por Ramos, são, igualmente, curiosas, o que torna este capítulo final, além de rico, pela análise que oferece, também muito agradável de ser lido. Como arremate, a análise do historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães é trazida ao diálogo com as fontes, o que acaba por demonstrar que as práticas historiográficas e ficcionais de relacionamento com o passado não estão mais presas à cronologia e à leitura cumulativa, como quis fazer ver certo discurso disciplinar (Ramos, 2023, pp. 86-87).

A constatação de que os capítulos, em algumas rápidas passagens, evidenciam se tratar de textos escritos com marcante independência, acarreta, em certa medida, uma falta de unidade à obra, esperada para o formato livro. As partes podem ser lidas, inclusive, de maneira autônoma, como as temáticas indicadas nos títulos são capazes de demonstrar. Esse fato, provavelmente, tem relação com os desafios de se atribuir uma temática específica a textos escritos no gênero ensaístico. De qualquer maneira, para além desses aspectos ligados à forma, acompanhar cada uma das partes consiste em assistir à formulação de

uma maneira muito própria de se fazer a história, com rigor e arte nas mesmas proporções, algo a ser comemorado.

Desse modo, este livro chegou na hora certa, no ano de 2023, quando, no Brasil, em termos políticos, conseguimos, ainda que relativamente, voltar a ter um mínimo de estabilidade para retomarmos nossas agendas de investigação e avançarmos no que havia ficado perdido pelo caminho nos últimos anos, marcados por práticas discursivas e não discursivas de violência na esfera pública. Com o lastro de anos dedicados ao estudo dos temas que traz em seu livro-ensaio, Ramos, de quebra, intervém de forma enfática e segura em importantes debates que atravessam o campo do conhecimento histórico contemporâneo, com a responsabilidade e a densidade que têm feito falta, por vezes, em outros trabalhos com essa pretensão (é significativa a presença de trabalhos de Dunker e Mbembe, lado a lado, em seu texto, como índice de um acompanhamento do debate político e cultural mais geral). Pelo simples fato de colocar perguntas como a que encerra esta resenha, interpelação essa que aparece enquanto ele trata das tensões e disputas no interior dos campos de saber, *Apesar do tempo* e Francisco Régis Lopes Ramos já merecem toda a nossa atenção. “Não haveria outra maneira de cultivar a diferença?” (Ramos, 2023, p. 40).

REFERÊNCIAS

- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Apesar do tempo*: história, memória e ficção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023 [livro eletrônico].
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

